

Sob os alicerces da legislação

Dafne Capella



Além de fundações sólidas, prédios em construção devem obedecer normas de acessibilidade e captar água das chuvas

Criar uma cultura que evite o desperdício e que garanta construções seguras e acessíveis a todos os cidadãos. Este é o objetivo das leis e projetos que regulam a construção civil no estado. Seja determinando a instalação de escadas exteriores de emergência; o reaproveitamento da água das chuvas ou da água usada no banho e na lavagem de louça, conhecida como “água cinzenta”, para usos secundários – como projeto de lei de autoria do presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), aprovado no dia 25 – ou, ainda, obrigando as construtoras a garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência aos prédios públicos e pontos turísticos. O fato é que as

leis em vigor e projetos aprovados pela Casa surgiram a partir da observação dos próprios deputados e de entidades da sociedade civil de que as leis são capazes de despertar a atenção de construtores e engenheiros para a economia e os benefícios que certas soluções simples podem gerar. “É muito mais fácil ter uma cultura de acessibilidade nas construções se os arquitetos e engenheiros entenderem que tudo deve ser construído de acordo com normas já determinadas em lei”, acredita a presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), deputada Georgette Vidor (PPS).

PÁGINAS 4 e 5

Projeto cria selo de qualidade para cachaça fluminense

PÁGINA 3

Em debate: o significado da vitória do ‘Não’ no referendo

PÁGINA 6

Comissão inicia discussões sobre o Orçamento 2006

PÁGINA 7

Um leilão que busca o menor valor

CURSO DA FESP PREPARA FUNCIONÁRIOS DA ALERJ PARA REALIZAR LICITAÇÕES ATRAVÉS DE PREGÕES PÚBLICOS

FERNANDA GALVÃO

Um leilão às avessas, onde o menor preço leva o contrato. Assim são feitas as licitações por pregão, metodologia que vem sendo utilizada por vários órgãos do Poder Executivo e que a Casa já está se preparando para adotar. Nos dias 4, 5, 18 e 19 de outubro, 20 funcionários da Alerj participaram do Curso de Formação e Capacitação de Pregoeiros, promovido pela Fundação Escola do Serviço Público (Fesp) e realizado no Auditório Senador Nelson Carneiro. “É uma forma mais transparente de licitação, onde os preços e as condições podem ser discutidos no ato do pregão, diante de todos os participantes”, explica o diretor-geral da Casa, José Geraldo Machado.

A meta é utilizar a metodologia a partir de março, no início do próximo exercício fiscal. De acordo com o pregoeiro Sidinei Pacheco, professor da Fesp, a nova modalidade só traz benefícios. “Entre outras vantagens, traz economia para os cofres públicos”, pondera. Diretor-geral de Administração da Casa, Carlos Cardoso Moraes lembra que a modalidade licitatória também é mais rápida do que a conven-



Andréia Quelhas

Durante o curso, funcionários aprenderam sistema que será utilizado a partir de 2006

cional.

Machado acrescenta que o curso preparou os funcionários para os dois tipos de licitação por pregão: o presencial e o eletrônico. A princípio, a Alerj utilizará o sistema presencial. “Estamos planejando a adequação do sistema de informática da Casa, pois o processo eletrônico é feito pela Internet”, explica ele, lembrando que outros órgãos da administração estadual, como o Detran-RJ, já utilizam o sistema de pregão presencial.

O pregão, porém, não pode ser uti-

lizado em todas as licitações. Isto porque a metodologia leva em conta, principalmente, o preço. “Alguns serviços a serem contratados não podem ser decididos só pelo preço, como é o caso das obras públicas, onde a qualidade do material também é um diferencial a ser analisado”, diz Machado. Além da Lei federal 8.666/93 (que normatiza as licitações), o sistema segue dois decretos federais. Pelas normas, é possível adquirir insumos, mas locações imobiliárias, alienações em geral e contratação de obras ficam de fora.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:
Heloneida Studart

2º Vice-presidente:
José Távora

3º Vice-presidente:
Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:
Fábio Silva

1º Secretária:
Graça Matos

2º Secretário:
Léo Vivas

3º Secretário:
Marco Figueiredo

4º Secretária:
Aparecida Gama

1º Suplente:
Leandro Sampaio

2º Suplente:
Eliana Ribeiro

3º Suplente:
Nelson Gonçalves

4º Suplente:
Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas

Dafne Capella, Franciane Lovati

Phelipe Cruz, Rony Maltz,

Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Não dá mais para o Brasil continuar dizendo que a desigualdade racial é fruto do período da escravidão. Não dá mais para o Brasil usar o período escravocrata como desculpa para a pobreza do negro.”

Jurema Batista (PT), cobrando dos governos federal e estadual ações afirmativas em favor dos negros



“O seu exemplo de coerência, a sua coragem e, ao mesmo tempo, a covardia de seus torturadores devem ficar na memória dos jornalistas e de todos os homens e mulheres de bem deste País.”

Heloneida Studart (PT), sobre os 30 anos da morte de Vladimir Herzog

“Quem sabe o Brasil não possa dar um grande exemplo e ser um país de vanguarda, ao descobrir a vacina que imunizará a população?”

José Bonifácio (PDT), defendendo as pesquisas sobre a vacina contra a gripe do frango

Atestado de qualidade da cachaça

ALERJ APROVA PROJETO QUE CRIA SELO DE QUALIDADE PARA A BEBIDA PRODUZIDA NO TERRITÓRIO FLUMINENSE

Augusto Carazza

FRANCIANE LOVATI E THAYSSA PLUM

Assim como alguns vinhos produzidos em regiões da Itália e da França, a cachaça produzida no Estado do Rio de Janeiro terá sua origem controlada. As aguardentes que forem produzidas conforme as determinações estabelecidas pelo projeto de lei 1.257/04, do deputado Luiz Paulo (PSDB), aprovado dia 26, poderão ser classificadas como “Cachaças de Excelência”. Segundo Luiz Paulo, “isto vai agregar valor à bebida, que terá um melhor padrão de qualidade, venderá mais e dará maior retorno aos produtores, o que refletirá no número de postos de trabalho no campo”.

De acordo com a proposta, para a cachaça receber o selo de qualidade ela terá que ser produzida com graduação alcoólica de 38% a 48% e à temperatura de 20° C, além de ser proibido o uso de aditivos químicos de qualquer natureza para acelerar ou reforçar a fermentação, entre outras exigências. O projeto foi enviado para a sanção da governadora Rosinha Garotinho.

Luiz Paulo explica que o projeto foi apresentado pelo deputado Antônio Pedregal (PSC), que o retirou de pauta. “Quando ele deu entrada, liguei para dar os parabéns. Um tempo depois ele perguntou se eu me interessava em assumir o projeto. Reapresentei a proposta e, depois de uma reunião com a Associação de Produtores e Amigos da Cachaça do Estado do Rio de Janeiro, dei entrada em 18 emendas para aperfeiçoar a matéria”, contou o deputado. Ele acredita que não haverá problemas para tirar o projeto do papel. “Alguns podem até dizer que legislar sobre a cachaça seria uma competência do Ministério da Agricultura, mas devo lembrar que estamos criando apenas normas regionais, um selo característico de um bom produto produzido no Rio de Janeiro”, afirma Luiz Paulo.

Entre as obrigações dos produtores para conseguir o selo de qualidade estão a fabricação em safras anuais, o processamento de acordo com as características históricas e culturais de cada uma das regiões do estado e a elaboração em pro-



O cachaciere Paulo Magoulas celebra a aprovação do projeto: iniciativa beneficia produção

‘Cachaciere’ diz que bebida faz parte da cultura

Presidente da Academia Brasileira da Cachaça e cachaciere do bar Mangue Seco, na Lapa, Paulo Magoulas aposta na repercussão positiva que o projeto trará para a produção de cachaça do estado. “A cachaça do Rio é de excelente qualidade, e esse produto faz parte da cultura brasileira, das relações sociais”, acrescenta. Magoulas explica que a Academia, que conta com 40 membros, existe justamente para difundir o caráter cultural da produção da bebida. “Quase todos os membros têm alguma notoriedade, como o músico Paulinho da Viola e os

cartunistas Ziraldo e Jaguar”, revela.

Para Ziraldo, o projeto faz justiça com a cachaça fluminense. “O estado tem tradição em cachaça de qualidade, tanto que a bebida também é conhecida como ‘paraty’, em homenagem à cidade, que é produtora”, afirma o cartunista e escritor, lembrando que em outros estados, como Minas Gerais, a cachaça passou a ser considerada uma bebida nobre. “O Brasil descobriu que produz uma bela aguardente, e que este produto pode gerar divisas para o País. O selo traz qualidade ao produto do estado”, atesta.

priedades rurais, podendo ser engarrafada na origem ou em entidades credenciadas.

De acordo com o produtor João Luiz Coutinho, presidente da Associação de Produtores e Amigos da Cachaça do Estado do Rio de Janeiro, o estado conta com mais de mil produtores. “Eles estão muito enfraquecidos. O projeto é importante porque é um instrumento de reconhecimento da cachaça e demonstra o interesse da classe política na questão. Na medida em que reconhece a cachaça de boa qualidade, vai dar condições de crescimento”,

afirma. Para o gerente do bar e restaurante Academia da Cachaça do Leblon, Gilson Cardoso, o selo pode favorecer as aguardentes produzidas no estado. “As cachaças estão melhorando e diversificando-se a cada dia. Com a padronização, é possível que melhorem ainda mais”, acredita. Para ele, é preciso eliminar a idéia de que cachaça é “bebida de pé-sujo”. “Ela é um ícone da cultura brasileira, e deve ser reconhecida como tal. Nesse sentido, o Legislativo contribuiu muito, a partir da aprovação deste projeto”, garante.

Leis e projetos melhoram prédios

Especialistas apóiam normas estabelecidas pelos deputados

GEIZA ROCHA E LUCIANA FERREIRA

Se hoje em dia a construção de um prédio que não obedeça às normas do Código de Segurança contra Incêndio e Pânico (Cosip) é inimaginável, temas como a acessibilidade ao espaço urbano por pessoas com deficiência e a reutilização da água em edifícios ainda são novidade nos projetos de engenheiros e arquitetos. “A acessibilidade começou a entrar na pauta de discussão da sociedade nos últimos cinco anos. E a preservação de nossas bacias hidrográficas, ontem!”, afirma o assessor de planejamento do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Canaget Vilhena.

Aprovado na semana passada, o projeto que obriga a instalação de unidade de tratamento de águas servidas em prédios de apartamentos, de autoria do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), tem como objetivo chamar a atenção para a economia que a reutilização de água pode representar. Segundo o texto, encaminhado para a sanção da governadora

Rosinha Garotinho, os novos prédios construídos no estado serão obrigados a ter uma unidade de tratamento de água servida, para reaproveitamento no esgotamento sanitário. A idéia é reaproveitar a água usada no banho e na lavagem de louças para dar descarga nos vasos sanitários. Considerando o destino da água usada nos domicílios brasileiros, o deputado calcula que a reutilização da água pode gerar uma economia de um terço de toda a água consumida numa residência. “Esta idéia vem ao encontro da necessidade, que já se faz sentir, do uso racional dos recursos hídricos. A água é um bem proveniente de fonte não renovável e está em escassez nos grandes centros urbanos”, justifica. Segundo Picciani, nos locais em que existe maior concentração populacional, há pouca disponibilidade de água. “O reúso viria minimizar esse problema”, acredita o parlamentar.

A Lei 4.393/04, do deputado Samuel Malafaia (PMDB), que obriga as empresas projetistas e de construção civil a prover imóveis residenciais e comerciais de dispositivo para a captação de água da chuva, também chama atenção para o uso racional do recurso. Segundo o deputado, além de não ser onerosa, tal instalação permite a utilização da água na irrigação de jardins e na lavagem dos carros, o que pode gerar uma economia considerável para condomínios. “De acordo com a Lei

4.274/03, de autoria do Executivo, para captar água diretamente do solo e dos rios, as empresas têm que pagar uma taxa ao estado. Este projeto visa a beneficiar os consumidores, que podem utilizar a água pluvial para gerar uma economia maior na conta de água”, afirma Malafaia. A unidade de Itaperuna da Universidade de Nova Iguaçu (Unig) já adota dispositivos para captação da água das chuvas e a usa para a irrigação. “Em Itaperuna, onde o regime de chuvas é irregular, esta medida faz com que tenhamos água todos os meses do ano para regar as plantas”, explica o vice-prefeito do campus, Ângelo Lorenzini. Para Vilhena, tanto a lei quanto o projeto permitem que pequenas mudanças nos edifícios disseminem no estado a cultura de tratamento da água em pequenas estações. “É preciso acrescentar muito pouco ao orçamento de uma construção para implementar estas mudanças. Hoje, já se faz o tratamento primário do esgoto, por meio de filtros, em 50% do município do Rio. Para passar a fazer o tratamento da água seria fácil”, calcula Vilhena.

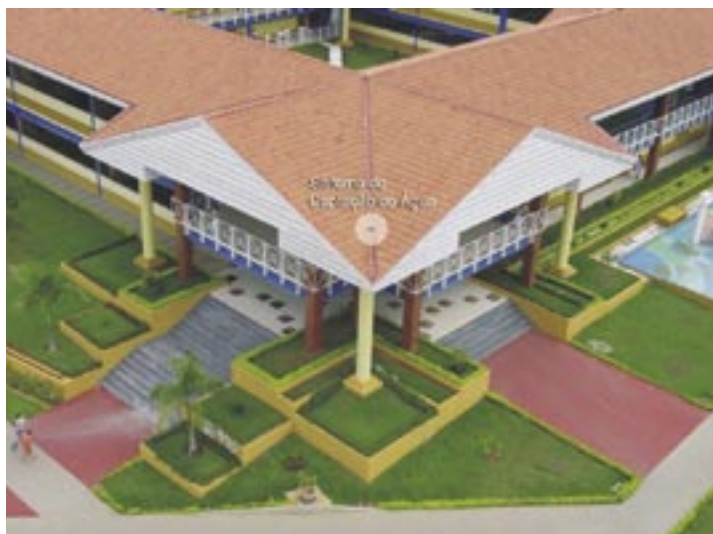
Outro aspecto recente a ser atendido nas construções é a garantia da acessibilidade nos prédios. Apesar de os debates e fóruns sobre o assunto estarem se tornando constantes, a luta pelo cumprimento da Lei 4.224/03, da deputada Cida Diogo (PT) – que garante a acessibilidade a pessoas com deficiência ao espaço urbano –, e da Lei 4.326/04, dos deputados Glauco Lopes (PSDB), Georgette Vidor (PPS) e Jorge Picciani – que obriga os empreendimentos turísticos do estado a realizarem adaptações para garantir a acessibilidade –, é intensa. Outra preocupação dos parlamentares é com a segurança. A Lei 3.949/02, do deputado Roberto Dinamite (PMDB), obriga a instalação de escada externa em prédios públicos estaduais com mais de três pavimentos. Tal lei destina-se principalmente a prédios construídos antes da década de 1980, que não eram obrigados a cumprir as normas de segurança estabelecidas pelo Cosip. “Todos os prédios construídos a partir de 1982 obedecem as normas deste código que prevê, entre outras coisas, a construção de escadas enclausuradas”, explica Vilhena.



Projeto de coleta de água da chuva, elaborado na Unicamp. Lei do deputado Samuel Malafaia chama a atenção para o uso racional do recurso natural

e criam cultura contra desperdício

Fotos Divulgação



Prédio da Unig, em Itaperuna, tem sistema de captação de água pluvial, utilizada na irrigação dos jardins da universidade

Da reciclagem de entulho a número mínimo de quartos

⇒ **Projeto de Lei 1.350/04** – Determina a instalação de sistema de reúso de água servida e de água pluvial, para fins não potáveis, em edificações com área de terreno superior a 400 m². A água proveniente de qualquer instalação para descarte ou captada em telhados, pátios, estacionamentos e quadras deverá ser desinfetada e reutilizada. O projeto é de iniciativa do deputado André do PV.

⇒ **Projeto de Lei 1.428/04** – De autoria do deputado Gilberto Palmares (PT), obrigará edifícios residenciais ou comerciais com mais de dez unidades a oferecer a seus empregados um alojamento com armários individuais e cama, além de banheiro equipado com chuveiro, pia e vaso sanitário em condições de uso.

⇒ **Projeto de Lei 2.027/04** – Implementa a política de reciclagem de entulhos de construção civil, com o objetivo de incentivar o uso, a comercialização e a industrialização de materiais recicláveis para o reaproveitamento na construção de casas populares. Pelo projeto, as indústrias de reciclagem de entulho podem obter financiamentos ou benefícios fiscais, desde que priorizem o aproveitamento da mão-de-obra local. A iniciativa é do deputado Paulo Melo (PMDB).

⇒ **Projeto de Lei 2.455/05** – De autoria do deputado Paulo Ramos (PDT), autoriza o Executivo a criar o órgão de engenharia e arquitetura pública do estado. A idéia é disponibilizar técnicos para orientar a população carente que queira construir suas casas.

Acessibilidade nos mínimos detalhes

Na tentativa de disseminar a cultura da acessibilidade na construção e adaptação de prédios, a presidente da Comissão de Defesa da PPD, deputada Georgette Vidor (PPS) (*foto*), criou o selo Acessibilidade Nota 10, que premia instituições que adaptaram seus prédios à pessoa com deficiência. Além disso, estabeleceu parcerias com o Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Rio de Janeiro (Sinduscon-RJ) e com o Crea-RJ,

para garantir o cumprimento das leis.

Segundo o presidente do Sinduscon-RJ, Roberto Kauffmann, medidas simples eliminam boa parte dos problemas. “As normas de construção determinam que as portas tenham 60 centímetros de largura. Mas não há como uma cadeira de rodas passar em um vão deste tamanho. Por isso, recomendamos que sejam feitas portas de 80 centímetros de largura”, explica Kauffmann.

Divulgação



EM DEBATE: O QUE SIGNIFICA A VITÓRIA DO NÃO NO REFERENDO?

CIDINHA CAMPOS

DEPUTADA ESTADUAL PELO PDT

Pela culatra

Desde o início, tudo o que se referia ao referendo sobre a comercialização de armas de fogo foi nebuloso, estranho. Muito estranho.

O Estatuto do Desarmamento estava em vigor, punindo severamente o porte ilegal e criando dificuldades para a compra de armamento. Além disso, depois de intensa campanha, um monte de gente já tinha devolvido espingardas, revólveres, garruchas e trabucos, habilitando-se a ganhar uns trocados, apostando na paz e contribuindo para o desarmamento das pessoas e dos espíritos.

Mas isso não foi o bastante. O Governo queria mais. Cavou um buraco na lei para que o povo fosse obrigado a referendar o que o Executivo e o Legislativo não tiveram coragem de decidir. Com esse objetivo, apostou todas as fichas no referendo do dia 23 de outubro, certo de que o medo da violência moldaria a seu gosto o resultado das urnas.

Lula e seus marqueteiros investiram pesado numa propaganda maciça, que tentou convencer a população de que a arma tinha vida própria, que era cúmplice da morte. Que o marginal só invadia a nossa casa porque estava certo de que em cima do armário havia um 38 enrolado numa flanela. E não lhe faltaram aliados de peso. A maior parte da mídia, atores, compositores, colunistas. Pacifistas de



Leandro Rosa

“Para Brizola, o povo sabia das coisas. Desta vez, não foi diferente”

sempre ou de ocasião logo aderiram e embarcaram na confortável carona do poder.

Esta onda a favor – publicada nas primeiras páginas e exibida no horário nobre – foi uma verdadeira overdose na arrogância do Governo. Votar “não” quase virou crime. O ministro Márcio Thomaz Bastos estava tão convencido da vitória que nem se importou em admitir que o objetivo do referendo não era “tomar arma de bandido”. Um espanto.

O povo achou demais. Desconfiou. “Aí, tem!” – pensou. Quando soube do resultado, lembrei-me do que dizia Brizola. Para ele, o povo sabia das coisas. Tinha sempre razão. Dessa vez, não foi diferente. Na hora de decidir, ele deu o recado: “Vê se fica esperto, Lula. Aproveita este tempo que te resta e governa!”.

LEANDRO SAMPAIO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PPS

Resposta clara

Os brasileiros atenderam ao chamamento das urnas e compareceram em número até certo ponto surpreendente, para decidir contra ou a favor do desarmamento. Com certeza, institucionalmente, a questão não foi colocada dessa forma, eis que a indagação a ser respondida foi se o eleitor era contra ou a favor da livre comercialização de armas e munição no Brasil. Porém, o que prevaleceu foi a propaganda bem articulada e dissimulada do “não”, que levou o País a rejeitar o desarmamento: “Sinceramente, você acha que o Governo está investindo o suficiente em segurança pública? NÃO!”.

É evidente que a campanha, colocada nesses termos, fez com que a questão extrapolasse seus reais objetivos, enveredando pelo viés político, pela reação indignada do brasileiro diante da impotência, despreparo e irresponsabilidade com que os poderes públicos constituídos vêm tratando a questão da segurança pública ao longo dos anos e, ainda mais, pela sucessão interminável de escândalos a eclodirem cotidianamente no País, arquitetados e patrocinados pelo Governo que matou a esperança, à custa da elevada carga tributária, uma das maiores do mundo, deslavadamente exigidas do cidadão que assiste, impassível, aprofundarem-se as desigualdades sociais.

Assim, muito mais que opinar sobre a questão do desarmamento, o brasileiro deu uma demonstração clara e objetiva ao Governo de sua insatisfação, de sua revolta, de seu repúdio ao atual estado de coisas. Sinaliza que quer e exige mudanças.

Deixa claro que, a cada dia mais, se conscientiza de que a urna é a sua grande arma, e que não hesitará e saberá usá-la em legítima defesa de sua família, de seu patrimônio e de seu País.

Não posso furtar-me em dizer que me posicionei em favor do “sim”. Tinha e tenho a convicção de que a comercialização de armas e munição contribui decisivamente para o aumento da criminalidade, como já demonstrado não só aqui como nos países mais desenvolvidos. Porém, reconheço, também, que a ninguém é permitido tirar do cidadão o direito de se defender, quando o Estado se omite no cumprimento desta disposição constitucional.



Arquivo Alerj

“O brasileiro deu uma demonstração clara ao Governo de sua insatisfação”

Orçamento é discutido em comissão

EXECUTIVO PREVÊ AUMENTO DE 8% NA ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA E PLANEJA INVESTIMENTOS DE R\$ 2 BILHÕES

GEIZA ROCHA

O debate sobre a previsão orçamentária apresentada pelo Governo para o ano de 2006 apenas começou. Durante audiência pública realizada no dia 26, pela Comissão de Orçamento da Casa, com a participação de secretários de Estado e representantes do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Uerj e Uenf, o secretário e o subsecretário estaduais de Controle e Gestão apresentaram uma estimativa orçamentária de R\$ 34,9 bilhões para o ano que vem – o que representa um aumento de 8% em relação à previsão orçamentária de 2005 – e uma previsão de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões. “Nosso objetivo é ajustar esta previsão para que ela fique cada vez mais próxima do real e não seja apenas uma peça de ficção”, afirmou o subsecretário-adjunto de Controle e Gestão, Ari Vainer.

Questões como o Fundo Especial de Combate à Pobreza e o impacto dos incentivos fiscais na arrecadação do estado serão debatidas com os secretários de Desenvolvimento Econômico, Maurício Chacur, e de Controle e Gestão, Flavio Silveira, em reunião a ser marcada pelo presidente da Comissão de Orçamento,



Presidente da comissão, Albertassi disse que o Governo ajudará a esclarecer o orçamento

deputado Edson Albertassi (PMDB). “A participação do Governo neste processo, para esclarecer pontos que para muitos de nós não ficaram claros, é muito importante”, sublinhou Albertassi. Segundo Chacur, os incentivos fiscais concedidos pelo Governo não foram os responsáveis pela arrecadação menor do que a esperada. “Só concedemos incentivos aos setores cuja arrecadação, somada, não chega a 8% da arrecadação do estado”, explicou, citando os recentes investimentos conquistados a partir desta política de incen-

tivos. “Se não houvesse este esforço do estado não teríamos investimentos da Michelin, da Volkswagen, que investiu mais de R\$ 1 bilhão no estado, e de 23 empresas que estão se instalando na Baixada, atraindo mais empregos e renda para a população”, acrescentou. O deputado Luiz Paulo (PSDB), no entanto, alertou para o fato de que a previsão orçamentária do Governo nos últimos três anos tem sido superestimada em R\$ 3 bilhões. “Seria melhor que o Governo fizesse uma rígida contenção de despesas”, sugeriu.

CURTAS

Comissão que dá samba

Avaliar o maior show da Terra como fundamental para a economia do Rio de Janeiro. Este é o objetivo da audiência pública que será realizada pela Comissão de Cultura da Alerj, no próximo dia 10. O tema A Importância da Indústria do Carnaval para o Estado do Rio de Janeiro será discutido na sede da escola de samba Portela, em Madureira, das 14h às 16h30. De acordo com o presidente da comissão, deputado Noel de Carvalho (PMDB), participarão da audiência entidades representativas do mundo do samba, que discutirão os investimentos no setor.

Dia do Dentista

Em comemoração ao Dia Mundial do Dentista, o Departamento Odontológico da Alerj realizou, no último dia 25, uma palestra sobre higienização bucal no trabalho, no Auditório Senador Nelson Carneiro. Cristiane Benedita Távora, dentista do departamento e palestrante do evento, falou da importância da escovação dos dentes, além de doenças bucais como cárie e gengivite. “A saúde oral não depende só do dentista, depende também da cooperação do paciente, e para que ele coopere é necessário que esteja instruído”, salientou a dentista.

Emendas para os jovens

O presidente da Comissão Disque Criança, deputado Paulo Melo (PMDB), anunciou, durante o III Fórum de Avaliação das Políticas Públicas Voltadas para Infância e Juventude, no dia 24, que pretende incluir emendas no orçamento para 2006 destinando recursos a políticas públicas de atendimento e promoção social do adolescente infrator. O deputado afirmou também que pretende cobrar dos prefeitos uma maior atenção aos conselhos tutelares. “A dotação é municipal, mas os deputados devem cobrar de quem não faz e parabenizar quem faz”.

ENTREVISTA CAETANO AMADO

DEPUTADO PELO PL

'As famílias estão fragmentadas'

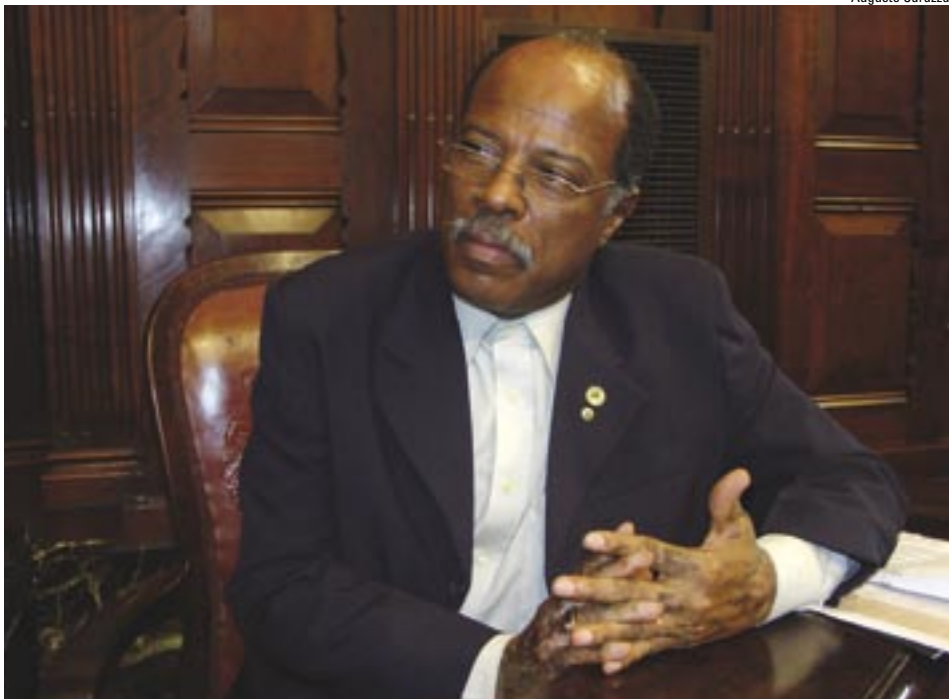
Augusto Carazza

GEIZA ROCHA

“**O**s filhos não seguem conselhos. Eles seguem exemplos.” Com esta afirmação, o presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas da Alerj, deputado Caetano Amado (PL), busca educar familiares e dependentes químicos, que o procuram em seu gabinete em busca de ajuda ou nas palestras que profere. “Nestas palestras, buscamos conhecer a causa do problema, para combater o seu efeito”, diz o deputado, que já chegou ao fundo do poço ao envolver-se com as drogas. “Fui miserável, mendigo, viciado e um sem-nada. Hoje sou bacharel em Teologia, doutor em Divindade, jornalista pós-graduado. Fiz a minha parte e o Senhor Jesus completou o que faltava”, acredita o parlamentar, que divide seu tempo entre a Assembléia Legislativa, a família, a Igreja, e a escrita. “Gosto muito de pensar. Como sou eu mesmo que dirijo meu carro, tenho no banco do carona um caderno e uma caneta para anotar tudo o que estou pensando”, revela Caetano Amado, que deve lançar seu terceiro livro até o fim deste ano. O título: *Como ser uma perfeita mulher*. “É um livro de auto-ajuda, que busca mostrar às mulheres que elas nunca devem se descuidar de si mesmas”, descreve.

O que o senhor, como presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas, pode fazer para combater o tráfico e a dependência?

Temos trabalhado para conscientizar os jovens, por meio das palestras, de que a droga é um caminho sem volta. Hoje, as famílias estão fragmentadas e as crianças abandonadas. Procuramos mostrar que os pais devem dar carinho aos filhos e ensiná-los não apenas por meio de conversas, mas também através de exemplos. Se não houver esta preocupação com o resgate da família, será impossí-



vel existir uma sociedade saudável.

O senhor tem algum projeto de combate às drogas?

Apresentei um projeto que permite ao Executivo aplicar o produto dos bens confiscados e alienados de traficantes e de seus familiares, em obras sociais, na

“Busco conscientizar os usuários de que a droga é caminho sem volta”

recuperação de drogados e em campanhas publicitárias de esclarecimento sobre os malefícios da droga. Ora, nada mais justo do que utilizar os recursos dos traficantes, que enriquecem a partir do vício dos usuários, na recuperação destes usuários. Afinal, o dinheiro que o estado aplica neste tratamento tem que vir de algum lugar.

Como é a sua rotina aqui na Alerj?

Minha vida é um corre-corre. Depois de

levar meus filhos ao colégio e à faculdade, vou para a Alerj, onde costumo chegar por volta das 9h, para dar início ao atendimento às pessoas que me procuram. A partir das 14h30, participo do Primeiro Expediente. Lá, dou minha opinião e aprendo um pouco mais com os outros deputados. Quando tenho um tempo entre o Primeiro Expediente e a Sessão Ordinária, volto ao meu gabinete. Mas procuro não sair daqui depois das 20h. Moro na Freguesia e tenho que passar na Linha Amarela, que é perigosa. Depois das 22h, ninguém me tira de casa.

E o Caetano Amado escritor?

Até o fim de 2006 devo chegar ao meu quinto livro. O primeiro que lancei, *Os cinco poderes que regem o universo*, foi em 2001, e fala sobre o Governo que abandona a sociedade. Nesta época, nem pensava em ser político ainda. Em 2003, lancei *Como permanecer firme na fé em meio à tempestade*. Este livro vendeu 200 mil exemplares. Depois de *Como ser uma perfeita mulher*, que devo lançar em novembro deste ano, tenho já prontos o *Face a face com o anticristo* e um outro livro, cujo título ainda vou definir.